



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 42ª reunião, realizada em 21 de maio de 2019

1 Em 21 de maio de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes. Representantes do poder público estadual: Thiago Figueiredo
6 Santana, representante da SEMAD; Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência
7 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
8 do Estado de Minas Gerais (Arsae); Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE). Representantes do poder público
10 municipal: João Batista Alves de Sousa, da Prefeitura Municipal de Araçuaí;
11 Miguel Ribon Júnior, da Prefeitura Municipal de Itabirito. Representantes dos
12 usuários de recursos hídricos: Dênio Drumond Procópio, da Companhia
13 Energética de Minas Gerais (Cemig); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação
14 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira,
15 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).
16 Representantes da sociedade civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade
17 Federal de Uberlândia (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
18 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); José Hermano Oliveira Franco, do
19 Movimento Verde de Paracatu (Mover). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O
20 presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou aberta a 42ª reunião da Câmara
21 Técnica de Planos. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Presidente
22 Guilherme da Silva Oliveira: “Eu queria convidar a todos para o seminário
23 ambiental que a Faemg promove todo ano. Neste ano, vai ser no dia 11 de
24 junho, na avenida Carandaí, 1.115, na antiga sede da Faemg. O nosso
25 seminário é o 6º Seminário Ambiental e vai ter como tema ‘mudanças climáticas
26 e fontes alternativas de energia’. Vai ser o dia inteiro. A programação está no
27 site da Faemg: www.sistemafaemg.org.br. Eu queria convidar a todos para
28 participar do nosso seminário.” **3) ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA**
29 **ACESSO AOS PROCESSOS E DOCUMENTOS NO SEI. Apresentação:**
30 **IGAM.** Thaís de Oliveira Lopes, do Gabinete do IGAM, fez apresentação à
31 CTPLAN com orientações e procedimentos para acesso aos processos e
32 documentos disponibilizados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI),
33 detalhando passo a passo a forma de acesso. **4) EXAME DA ATA DA 41ª**
34 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 41ª reunião da Câmara Técnica
35 de Planos, realizada em 13 de dezembro de 2018, com as seguintes alterações:
36 – Linha 11, retificar a sigla da Secretaria de Estado de Educação (SEE); – Em
37 todo o corpo da ata, onde couber, retificar a grafia do nome do conselheiro

38 Deivid Lucas de Oliveira, representante da Fiemg; – Nova redação para
39 manifestações registradas pelo conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: - Linhas 40 a
40 45: “Lembro que a sociedade civil depende do financiamento para poder
41 participar das reuniões. Foi muito difícil conseguir que a universidade pagasse
42 para que eu estivesse aqui. Foi feita uma solicitação, que tem que passar por
43 análise. Cria-se todo um problema administrativo e político também, porque eu
44 tenho que solicitar uma verba que não foi prevista.” - Linhas 393 a 394: “O
45 Conselho Estadual é a instância mais importante do Sistema de Recursos
46 Hídricos do Estado...”; - Linhas 411 a 412: “Porque sem esse cadastro não há
47 informação disponível sobre quanto se afasta de esgoto, quanto do esgoto é
48 tratado e quanto por cento da população do município é abastecida?” - Linhas
49 425 a 426: “... nós temos um plano para visitar todas as prefeituras. A diretoria
50 vai junto com as coordenações das Câmaras Técnicas para falar com as
51 prefeituras”; - Linha 435, supressão da expressão “E nós temos Comitê
52 demais.”; - Linha 436, a expressão correta é “como unidades de administração
53 territorial”; na mesma linha, supressão da expressão “fica difícil”; - Linha 452, a
54 expressão correta é “nos dando apoio”. **5) MODELAGEM INSTITUCIONAL
55 ÓTIMA PARA O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS
56 EM MINAS GERAIS. Apresentação: DGAS/IGAM.** Thiago Figueiredo
57 Santana/IGAM fez apresentação à CTPLAN da proposta de Modelagem
58 Institucional Ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos em
59 Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.
60 Manifestações e debates. Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Obrigado,
61 Thiago. Boa apresentação. Como o Thiago apresentou, alguns aqui devem ser
62 membros do Conselho Estadual, e já foi apresentado lá também, com menos
63 profundidade do que aqui, mas o IGAM levantou uma questão que, no meu
64 entendimento, é também um momento de pensarmos essa nova forma de atuar
65 com recursos hídricos. Do jeito que está, nós participamos de alguns Comitês e
66 vemos que está patinando, uns estão se dando muito bem, outros estão
67 devagar. Eu acho que é um momento oportuno para a gente ver, discutir essas
68 unidades estratégicas. Eu acho que facilita o processo de identificação das
69 demandas da gestão e até na implementação da cobrança também, que é um
70 fato crucial para manutenção desse sistema do jeito que ele está pensado.
71 Então eu acho que é um momento muito importante. Em discussão.”
72 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu entendo, perfeitamente, já declarei,
73 publicamente, está anotado em ata que o modelo, para mim, precisa ser
74 modificado, precisa ser enxugado. Eu nunca consegui entender muito aquela
75 quantidade de 36 unidades de gerenciamento. Eu acho que, do ponto de vista
76 de efetivação das medidas, complicado todo o sistema logístico mesmo, de
77 relação, mas nós temos que tomar alguns cuidados, principalmente com uma
78 possível tutela sobre os Comitês. Então isso eu acho que nós temos que fazer
79 um resguardo, porque essas unidades de planejamento não são previstas na
80 legislação, isso é uma criação do Estado para melhorar o seu sistema de

81 gerenciamento. Mas os Comitês são previstos na legislação, e são os Comitês
82 as unidades básicas de gerenciamento. Porque isso está na lei. Mas, no meu
83 entendimento, as unidades estratégicas de gestão, na verdade, são as unidades
84 de planejamento e gestão. Podem até modificar e dizer que nós temos uma
85 redistribuição das unidades de planejamento e gestão, mas o Decreto 41.578
86 define como unidades de planejamento e gestão. Essa unidade estratégica é
87 uma criação nova, que não está prevista. Eu acho que está sendo feita é uma
88 redistribuição. Você tem o modelo, só que agora vai estar reagrupado, mas
89 continua sendo unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos. Eu não
90 vejo a necessidade, por exemplo, de mudança de nome, não acho necessário.
91 É simplesmente uma readequação. Tem 36, e vou transformar em um número
92 que vai ser ainda definido. Tem um pouco de dificuldade também para entender
93 aquela subdivisão que é feita lá, sobre o que é responsabilidade da unidade de
94 planejamento e a subdivisão das unidades de planejamento. Eu tenho um pouco
95 de dificuldade de entender essa subdivisão de competências exatamente sob o
96 âmbito que nós estamos discutindo, porque tem coisas aqui que são de
97 competência dos Comitês. E aí começamos a fazer uma confusão que me
98 parece muito próxima daquilo que tem no Estado de São Paulo, onde os
99 Comitês têm exatamente o tamanho das unidades de gerenciamento de
100 recursos hídricos. E aí não sabemos se estamos tratando com Comitê ou com
101 unidade de gerenciamento. A unidade de gestão é uma iniciativa do governo do
102 Estado para melhorar o gerenciamento do Sistema, mas é uma iniciativa do
103 governo do Estado. Só para evitar essa confusão, sobreposição de funções e
104 tarefas. Isso vai precisar ficar mais claro, futuramente. Eu acho que não é essa
105 a questão agora, mas precisa ser discutido isso. Porque se começar a ter
106 sobreposição de atribuições, ao invés de simplificar o Sistema, nós vamos
107 começar a complicá-lo, vamos criar áreas de atrito, e eu creio que não é essa a
108 intenção. A outra preocupação que eu tenho é que o Sistema de Gerenciamento
109 tem, por princípio, na Lei das Águas, ser descentralizado e participativo. Então
110 novamente o cuidado que nós vamos ter de manter essas características do
111 Sistema no funcionamento, para que essas unidades não se tornem tutelantes
112 dos Comitês. Uma coisa é acompanhar o Comitê, uma coisa é dar apoio ao
113 Comitê, outra coisa é tutelar o Comitê. E eu vejo – agora é uma opinião pessoal
114 – que existem alguns Comitês que são tutelados pelo Estado pela incapacidade
115 financeira que eles têm de manutenção. E acabam se aproximando do Estado
116 para existir, o que não deve ocorrer, no meu entendimento. Porque aí contraria
117 a lógica básica que existe no Sistema de que a administração dos recursos
118 hídricos não seja monopólio do Estado. Toda a política foi feita, toda a lei foi
119 feita, todo o planejamento foi feito para que os setores da sociedade tenham
120 capacidade de gerenciar. Se não, entrega tudo para o Estado, e o Estado faz
121 tudo. Nem esse é o espírito da lei nem creio ser esse o que nós desejamos aqui
122 para o Estado de Minas Gerais. E entendo, em uma leitura um pouco mais
123 ousada, que na verdade essas unidades servem como base para a existência

124 de Agências efetivas. É nesse ponto que eu gostaria de convergir. Nós já
125 sabemos de todos os problemas existentes, foram colocados aqui alguns
126 números. Recentemente, eu participei de uma reunião da Câmara Técnica de
127 Planejamento Institucional do Paranaíba, o Deivid, da Fiemg, estava presente
128 também. Nós vimos a dificuldade que existe para entender o papel, o
129 funcionamento, o financiamento da Agência, inclusive, em uma Bacia onde você
130 tem situações de cobrança para alguns e não cobrança para outros. E como as
131 coisas não andam quando você não consegue formalizar ou ter uma política
132 única de administração, um ponto em comum para efetivar o papel da Agência.
133 Eu sou crítico disso há muito tempo, já tem isso declarado em ata, inclusive. Eu
134 não consigo entender o nosso modelo, que tem um buraco no meio. Eu só
135 consigo entender a criação de Comitê com a criação simultânea de uma
136 Agência e vejo com dificuldade, porque o Comitê acaba encostando no Estado.
137 Ele tem que ser financiado pelo Estado, mantido pelo Estado, e esse não é o
138 objetivo da lei. Então o que eu vejo ali, na verdade, é a possibilidade de nós
139 termos um sistema com um indicativo de que seriam as unidades que dariam
140 origem às Agências. É um modelo que nós temos que discutir também. Eu,
141 particularmente, ainda acho que nós devemos propor Agências. Como não há
142 nada extremamente definido na legislação se é Oscip... Tem indicativos, mas
143 não tem nada contundente, no meu entendimento. Talvez a Procuradoria possa
144 ter outra opinião. Mas eu creio que o Estado de Minas poderia propor. 'Para as
145 unidades, nós vamos criar Agência, que vai ser feita desta maneira, vai ser um
146 ente paraestatal, vai ter este tipo de estrutura, vai ser uma fundação, vai ser
147 alguma coisa que eu habilite dentro da lei, mas crie de maneira orgânica junto
148 aos Comitês. Porque senão tem Comitê que vai ficar rodando, rodando,
149 rodando, mesmo com a mudança das unidades. O último slide, quando é
150 colocada a questão da funcionalidade, eu acho que é ali que nós temos que
151 entender. E, particularmente, a questão da regionalização, mesmo os dados
152 que foram colocados lá, eles se tornam, na minha opinião, secundários para se
153 fazer o modelo. O modelo está muito mais associado a capacidade
154 arrecadatória do que a proximidade ou distanciamentos regionais. Porque
155 trabalhar Comitê é trabalhar com diversidade. Então eu, particularmente, não
156 vejo tanta necessidade de nós aproximarmos. Esse mapa, por exemplo, que
157 está colocado aí, potencial da área de expansão de cana-de-açúcar, isso foi um
158 levantamento que foi feito que não tem mais validade. O Guilherme, da Faemg,
159 sabe muito bem disso, o ritmo de expansão mudou totalmente, o
160 direcionamento dos investimentos mudou totalmente. Então é um dado que
161 naquele momento se mostrava interessante, mas que agora não corresponde
162 mais à realidade. E isso vai acontecer normalmente. Então eu vejo, sim, uma
163 necessidade de reagrupamento, já coloquei isso, fiz alguns ensaios aqui sobre o
164 reagrupamento, continuo acreditando que a unidade básica é a Bacia
165 Hidrográfica. À primeira vista, o agrupamento das Bacias tem que ser realizado
166 por uma questão de sobrevivência econômica de manutenção da estrutura

167 administrativa. É ilusão acreditar que uma pequena Bacia tenha capacidade
168 econômica, a menos que tenha uma capacidade fantástica de arrecadação.
169 Existe outro ponto que precisa ser trabalhado, que é a ampliação da base de
170 arrecadação ou o aumento do valor arrecadado. Porque o que torna viável
171 economicamente uma Agência é a quantidade de dinheiro relativo à área que
172 ela tem que administrar. Você pode ampliar isso aumentando a cobrança, que
173 dá um determinado impacto econômico. Inviabilidade econômica está muito
174 relacionada à capacidade arrecadatória, e a capacidade arrecadatória é
175 calculada em cima dos índices que nós temos dos valores de cobrança, que
176 podem ser alterados também. Mas, mantidos os atuais – aqui eu utilizei os
177 dados que vieram junto do estudo, aquela tabela sobre os valores arrecadados
178 –, eu fiz uma outra proposta de agrupamento, para diminuir, trabalhar com uma
179 quantidade menor de unidades, mas em que a capacidade arrecadatória tenha
180 a capacidade nos parâmetros atuais de cobrança. Ou tenham a capacidade ou
181 se aproximem da capacidade de automanutenção, que é aquilo que está
182 previsto na lei, inclusive. Você não pode ter Agência se a Bacia não tiver
183 capacidade de suporte financeiro. Portanto, ela tem que ser agrupada até atingir
184 a capacidade de suporte financeiro ou seus valores de cobrança precisam ser
185 aumentados até atingir a capacidade de suporte financeiro. Aí eu queria saber
186 se isso vai estar aberto a discussão, se podemos propor isso. E aí,
187 particularmente, Thiago, eu tenho um pedido. Tem uma série de coisas que
188 estão no estudo, que, na minha análise particular, não vão impactar o resultado
189 final. Aquele último slide que você mostrou, para mim, resume tudo que temos
190 que discutir. Eu só não gostaria de começar a discutir ‘olha, ali custou tanto’,
191 ‘aqui é tanto’, ‘parâmetro’. Isso não vai impactar a última decisão, na minha
192 análise. Eu entendo o esforço que foi feito, eu peguei e vi aqueles sete itens que
193 vocês colocaram lá para fazer o estudo para fazer regionalização. Está bem no
194 início do documento que vocês encaminharam. Particularmente, eu acho que a
195 questão não é essa, o foco, na verdade, não é esse. O foco é de eficiência
196 administrativa. Então se tem uma fonte de dados, por exemplo, de
197 monitoramento confiável ou não, isso é um problema que vai ter que ser
198 resolvido. Não vai impactar a eficiência administrativa na montagem do sistema.
199 Vai impactar depois para fazer funcionar o Sistema. Eu não sei se me fiz claro,
200 mas é que têm algumas discussões que precisam ser feitas, mas não vão
201 agregar no momento de discussão sobre modificação da distribuição das
202 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.” Thiago Figueiredo
203 Santana/IGAM: “Aquilo foi só um nivelamento das informações do status quo do
204 Sistema, só para a gente refletir. Agora algumas considerações. O
205 enquadramento, quem aprova é o Comitê. Isso é competência legal. Não
206 estamos colocando que este novo ente vai aprovar, e isso ser tutelado pelo
207 Estado. Isso é competência legal de aprovação do enquadramento. Mas uma
208 coisa também de que não podemos esquecer é que Comitê é órgão de Estado.
209 Porque você fez uma crítica de o Estado tutelar. Comitê é órgão de Estado, e

210 vocês estão aqui como entes públicos. Aqui todo mundo, neste momento, tem
211 fé pública, entre outros compromissos também. Não podemos tratar o Comitê
212 como estrutura terciária, ele é um órgão de Estado, não é paralelo ao modelo de
213 gestão, paralelo ao Estado, ele está dentro do Estado. É lei, está lá dentro, hoje
214 ele faz parte do Sisema. Para quem não sabe, se pegar a nossa Lei 21.972,
215 Comitês e Agências estão dentro do Sistema. E falando em Agência, não existe
216 Agência no Brasil, porque o modelo de Agência não é nem nós criamos, é o
217 governo do Estado, porque Agência é um modelo público, uma Agência pública
218 para aplicação na Bacia. E hoje não temos isso. A ANA está com uma proposta
219 de criar a primeira Agência pública, no Paranapanema, salvo engano. Ela está
220 com essa proposta em discussão. O IGAM somente trouxe uma proposta, mas
221 chega um momento em que você tem que refletir sobre o modelo. E o modelo,
222 falando financeiramente, igual você comentou sobre a questão arrecadatória, é
223 um modelo caro. Se pegamos a discussão de custeio hoje e efetividade, custeio
224 é aliado a efetividade porque, a partir do momento em que você tem resultado,
225 você não discute quanto você gastou. Nesse modelo, não, mas hoje a
226 população quer resultado. É um modelo caro para o pouco que somos vistos lá
227 fora. E nós temos que discutir isso. A questão da capacidade arrecadatória, eu
228 ainda não coloquei aqui o slide, mas tem uma análise. E até sobre a sua
229 proposta, visualizando capacidade arrecadatória, olhem lá o CA4. É somente o
230 Paracatu. O Paracatu não tem sustentabilidade financeira no modelo em que a
231 cobrança pelo uso da água cobra 40 vezes menos do uso agrícola e que é 98%
232 da vazão outorgada na Bacia. É isso que temos que refletir. Eu, particularmente,
233 fazendo uma análise da capacidade de sustentabilidade daquele CA4, não dá
234 também. É uma proposta do Plano. Se fosse uma proposta do IGAM, ela já viria
235 com essa modificação. O CA4 não tem capacidade de sustentabilidade
236 financeira. Eu estou deixando claro que está posta a proposta. Vocês podem
237 discutir, nós podemos – porque eu também sou membro – discutir e alterar essa
238 proposta. É lícito para todo mundo.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Só
239 uma questão também que o Sylvio colocou aqui, a divisão das unidades
240 estratégicas. Eu entendo aquilo ali nem às vezes com o nome que está ali, da
241 cana, da mineração, eu entendo como a unidade mais homogênea dentro do
242 Estado, com características parecidas. Se você pegar o Triângulo Mineiro, é
243 aquilo ali mesmo, mais agricultura e não sei o quê. Então eu entendo isso, é só
244 o norteamento para na hora em que for definir a unidade mesmo de gestão.”
245 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Na verdade, é basicamente o que
246 você falou também, Guilherme, porque eu estou entendendo isso, Sylvio, a
247 preocupação que você externou eu também fiquei com ela durante um tempo.
248 Eu vi essa apresentação antes. Mas depois comecei a entender, não está
249 mexendo no arranjo institucional, e nem pode. Nós temos que tomar esse
250 cuidado na questão da minuta. Se para o gerenciamento, para maior efetividade
251 das ações do IGAM, é mais por aí. Se a maior efetividade das ações, da
252 atuação do IGAM, esse é o modelo, e eles mostraram que tiveram parâmetros

253 para criar esse modelo, beleza, podemos discutir. Na prática, na hora de discutir
254 arranjo institucional, não tem sentido, por exemplo, o parágrafo que tem ali
255 dentro. Se fosse o caso de discutir arranjo institucional, 'nós vamos criar um
256 Comitê para isso aqui tudo', não faz o menor sentido. Muito mais para SF1 do
257 que 3 e 5, porque acho que o Velhas é 5. Na prática, é outra coisa, mas acho
258 que vai ser um outro momento de discussão. Mas essa preocupação sua é
259 exatamente a mesma preocupação com que eu fiquei. Em que nós estamos
260 mexendo agora? A partir do momento em que ficar bem claro, principalmente na
261 minuta, o que está sendo externado agora, que é simplesmente melhorar a
262 situação do IGAM, beleza. Porque têm discussões muito mais sérias. O
263 Paracatu é tão deficitário por que cobra muito pouco? Essas discussões vão ter
264 que acontecer em algum outro momento. Ele pode não ser deficitário, pode
265 estar errada a cobrança. Quarenta vezes menos, 0,00... Não dá nem para falar
266 em centavo mais. Está errado. Então nós temos que tomar muito cuidado de
267 não confundir isso. Se é simplesmente um desenho para eficiência de atuação
268 do órgão gestor do Estado, bacana, eu vou discutir muito pouca coisa aqui. E
269 cuidado com a minuta, com o que vai estar escrito nela. Só isso. E depois temos
270 uma série de discussões, até a própria efetividade dentro dos Comitês tem que
271 ser discutida de uma forma diferente. No momento, é claro que o número nos
272 norteia e dá o status, mas como é que você chega a um Comitê que ficou
273 completamente desmobilizado? Igual ao Pará, atualmente estando como
274 presidente. Se chegar lá as pessoas não sabem nem o que é o Comitê, a
275 cidade não sabe para que serve, o que funciona. Eu vou ter que andar de
276 cidade em cidade, conversar com Câmara, prefeito, todo mundo. Esse trabalho.
277 E isso não pode ser computado na conta do Comitê. 'Ah, o Comitê do Pará é
278 ineficiente'. Isso não pode acontecer de forma alguma. Primeiro porque não tem
279 recurso. Como nós vamos trabalhar isso? Temos que começar a discussão toda
280 de novo que eu estou tentando fazer dentro do Comitê. Eu estou entendendo
281 como instâncias absolutamente separadas. Esse modelo que vocês estão
282 trazendo, na minha visão – e me corrijam se eu estiver errado –, é para um
283 arranjo institucional para o órgão gestor trabalhar e funcionar melhor. O arranjo
284 institucional lá em cima é que vai discutir se precisa, se o Comitê vai ser
285 deficitário, se não é, se vai juntar um Comitê com outro, se não vai, e como isso
286 vai funcionar. Eu estou entendendo dois momentos bem diferentes de
287 discussão." Thiago Figueiredo Santana/IGAM: "Não é um arranjo para o órgão
288 gestor funcionar melhor, é um arranjo para aplicação da Política de Recursos
289 Hídricos dentro do Estado. Se tiver 36, 72 ou seis, nós vamos ter que estar em
290 todo o território de Minas Gerais como órgão gestor. Hoje somos nove, graças a
291 Deus, chegamos a nove. Mas o conceito é: a aplicação dos instrumentos tem
292 que ser regionalizada. Isso traz, dentro da proposta, a regionalização da
293 aplicação dos instrumentos de gestão. Independente se é cana, mas é
294 agricultura, é uma área que tem aptidão agrícola. Aí você vai levar para a Zona
295 da Mata, que não tem essa aptidão de grandes cultivos como essa área. Eu sou

296 engenheiro agrônomo, não estamos falando coisa de leigo aqui na discussão.
297 Mas da mesma forma que vamos discutir o Sul de Minas, que falamos que o Sul
298 de Minas é totalmente o norte até no desenvolvimento social. São aptidões. E
299 esse modelo, que colocou um parâmetro de nuclearização urbana, expansão da
300 mineração foi tirado de um Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado cujo
301 horizonte era 2030. Ele era política de Estado, e hoje nem sei como vai ser. Mas
302 foi tratado sempre como política de Estado. Era 2023. E, além de tudo, o ZEE,
303 que trouxe contextos ambientais para essa discussão de impactos sociais. Se
304 você pedisse para em lugares fazerem análises diferentes, utilizariam em
305 parâmetros distintos e estariam com uma proposta diferente. Não é concordar
306 por si só, mas aqui nós temos uma proposta fundamentada e aprovada pelo
307 Conselho com os critérios estabelecidos. É só para termos essa clareza.”
308 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Eu até refaço, se for o caso, a fala,
309 mas é porque, na verdade, no meu entendimento, pelo que está sendo proposto
310 agora, vai melhorar o arranjo quem está aplicando. Porque você não tem como
311 discutir o Comitê agora, não é nem o momento, e são coisas completamente
312 diferentes. Aliás, estamos tratando de recursos hídricos, estamos tratando de
313 gerenciamento de recursos hídricos, e discutir a função do Comitê ou como é
314 feita a gestão macro é completamente diferente. Então essa discussão eu estou
315 entendendo que o lugar dela está longe. Por isso que, apesar de ter a mesma
316 preocupação do Sylvio, podemos colocar uma coisa ou outra, mas, se essa
317 discussão for dessa forma que eu entendi aqui, beleza, nós estamos no
318 caminho direitinho da coisa. Porque aí, sim, é a mesma coisa, é gestão de
319 recursos hídricos, mas em formas de se enxergar completamente diferentes, um
320 enxerga daqui, outro enxerga de cá, cada um vai enxergar e agir de uma forma
321 determinada. E aí essa divisão, se fosse levá-la como arranjo institucional, para
322 mim, é um desastre. Então não é o momento de discutir isso. Estou entendendo
323 correto então, neste momento, não se está discutindo nada disso.” Conselheiro
324 Deivid Lucas de Oliveira: “Primeiro parabenizar o IGAM pela proposta. Sempre
325 ouvimos críticas, ‘o Sistema precisa ser melhorado, o Sistema não funciona’. E
326 nós da Fiemg acreditamos que este é o momento de se poder fazer com que o
327 Estado seja uma referência na gestão de recursos hídricos. E a oportunidade
328 que temos de poder aprimorar isso e aplicar esses instrumentos. Eu anotei aqui
329 alguns pontos. Critério de outorga. Aí é mais até um desabafo como usuário.
330 Critério de outorga não dá para ser o mesmo critério para todo o Estado, e aí
331 que vai ser essa oportunidade de podermos melhorar isso. Como o Sylvio
332 comentou da Bacia do Paranaíba, é uma dificuldade muito grande passar para o
333 usuário, passar para o empreendedor. Porque lá não temos problema com
334 água, temos problema com a disponibilidade de água em relação à Q7,10. Eu
335 tenho água disponível, mas não posso captar porque a minha demanda é maior
336 que a oferta, de acordo com os critérios do Estado. E aí o empreendedor não
337 entende que em Goiás é diferente, que está ali na divisa. Então às vezes o
338 investimento parte para o Estado vizinho porque aqui em Minas tudo fica mais

339 complicado. E os goianos às vezes ficam até com raiva dos mineiros, porque
340 nós temos uma visão totalmente diferente da deles nessa questão de cobrança,
341 de fazer gestão. Porque o Estado de Minas está mais avançado nesse ponto.
342 Só que eu preciso adotar critérios em vários pontos, um deles é a questão de
343 outorga. Enquadramento. Eu tenho proposta de enquadramento aí da década
344 de 90. Já tem quase 11 anos que eu trabalho com gestão de recursos hídricos,
345 comecei nos Comitês Afluentes. Eu lembro de que, uma vez, na Bacia do Rio
346 Pará, o empreendimento não podia fazer nenhum tipo de lançamento. Ele
347 cumpria todos os requisitos que a legislação estabelece, os parâmetros, mas
348 não podia lançar no corpo receptor ali da região porque lá estava enquadrado
349 como classe especial, e era um rio podre. Então precisa ser atualizado. Essa
350 questão de enquadramento, na minha opinião, na teoria, como o Thiago
351 colocou, é o melhor instrumento. Mas, na prática, é quase que impossível
352 cumprir. Eu acredito que teríamos que colocar metas e aos poucos. Se a minha
353 meta é melhorar a qualidade do rio em 50%, e eu conseguir melhorar em tantos
354 anos em 20%, já é um resultado positivo. E aí acaba caindo em um arranjo
355 institucional. Para a gente que trabalha muito com Comitê fica difícil separar
356 muito os outros critérios e deixar o arranjo institucional por último. Eu tenho
357 certeza de que a maioria aqui concorda com a questão dos critérios técnicos,
358 porque o próprio Plano Diretor estadual estabelece, mas aí vem a questão muito
359 da vaidade nos Comitês. Eu tenho certeza de que os Comitês vão ficar
360 preocupados. 'Como vai ficar o meu Comitê? Vai acabar o Comitê X e unificar
361 com outro.' Só que precisamos parar e pensar. Eu, pelo menos, acredito que
362 isso vai fortalecer o Comitê. Eu digo para implementação dos instrumentos, o
363 próprio enquadramento, a cobrança pelo uso da água, fazer essa gestão. Por
364 exemplo, na região de Belo Horizonte, eu tenho o Comitê do Velhas e o do
365 Paraopeba. Um com uma estrutura positiva, que consegue aplicar os
366 instrumentos, e o Paraopeba, que está ainda engatinhando. 'Ah, o problema é a
367 cobrança?' Não é a cobrança, não é porque a cobrança não está implementada
368 lá, mas é porque precisa fazer uma gestão. E nós cobramos muito do IGAM.
369 'Ah, o IGAM tem que estar presente'. Eu até entendo o IGAM, até pelo quadro
370 de funcionários. Estar presente em 36 Comitês, que têm reuniões quase que
371 mensais ou no mínimo bimestrais... O Araguari faz reunião quase que todo mês.
372 É quase que impossível participar de tudo. Eu fui membro do São Francisco, do
373 01. Eu estava até conversando com o José Hermano mais cedo e até concordo
374 com a proposta dele. Às vezes ele está mais ligado ao 01 do que ao Velhas, ao
375 Paraopeba. Eu acho que nós precisamos estudar e verificar qual é a melhor
376 proposta. Mas o 01 está na mesma situação de 11 anos atrás. Então nós que
377 trabalhamos com gestão de recursos hídricos às vezes paramos para pensar:
378 'Será que eu escolhi a profissão correta? Porque eu não estou vendo tanto
379 resultado'. Então eu vejo que esta é a oportunidade, sim, de fazer com que as
380 Bacias do Estado de Minas Gerais façam uma gestão eficiente de recursos
381 hídricos. E nós aqui do Conselho Estadual temos a responsabilidade de

382 disseminar essa ideia, de discutir isso nos Comitês, mas de uma forma positiva,
383 de falar com o membro que está lá no interior que isso vai fortalecer o Comitê lá
384 na região do Jequitinhonha. A região do Jequitinhonha eu tenho exemplo,
385 porque fica complicado, porque às vezes eu tenho uma reunião lá do JQ2, do
386 JQ3, e eu tenho que disponibilizar um funcionário que vai andar 500 km, e às
387 vezes chega lá, e a reunião não tem nem quórum. Precisa melhorar, e aí não
388 tem como separar muito, temos que fazer essa visão como um todo. Então a
389 proposta é muito interessante. Eu vejo que ainda existe até uma possibilidade
390 de se enxugar mais essa proposta. Paracatu, por exemplo, dá para unificar, dá
391 para trabalhar a Bacia. Têm situações no Estado que precisam ter o Alto São
392 Francisco e o Baixo São Francisco. Agora ter dez unidades de planejamento
393 não dá. No Grande, é a mesma situação. Tem Comitê no Grande que não
394 consegue reunir porque não consegue quórum. E às vezes o Plano Diretor de
395 um estabelece uma situação, no outro alguns membros acham que é diferente,
396 e está praticamente a mesma coisa. Então fica essa dificuldade de gestão e de
397 aprimorar isso. Então esta é a oportunidade, e eu vou até conversar com o
398 Sylvio depois. De repente, em uma próxima reunião, Sylvio, até fazemos uma
399 proposta conjunta para melhorar ainda mais essa proposta inicial do Estado.”
400 Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “No Dia da Água, eu fui à Assembleia
401 Legislativa para uma discussão sobre o Dia da Água e afins. Sabem quantas
402 instâncias de recursos hídricos que nós temos no Estado, contando com
403 Câmara Técnica, Comitês Federais? Mais de 200. Tem mais instâncias do que
404 funcionários do IGAM. Entenderam o conceito? É demais, nós precisamos dar
405 uma enxugada para a efetividade. No último modelo eleitoral, esse era o
406 conceito que a sociedade pedia, nas eleições, para a gestão do Executivo,
407 enxugar a máquina para dar mais resposta. Isso é um conceito da eleição
408 nacional, estadual, e vai ser na municipal, com certeza, no ano que vem.
409 Enxugar para dar resultado. Não parar o sistema, não o que aconteceu no
410 Conama. Não queremos isso. A nossa legislação estabelece um modelo
411 paritário, representativo de discussão que a Lei da Política Ambiental não
412 estabelece. É uma questão também que eu queria dar clareza para vocês. Se
413 reduzir participação da sociedade civil igual o Conama fez, vai reduzir o usuário,
414 município e poder público estadual, porque aqui é um modelo paritário. Se
415 enxuga um, enxuga todo mundo. Se aumenta um, aumenta todo mundo. É só
416 para dar essa segurança quando formos discutir isso, porque hoje tem essa
417 fragilidade na discussão por causa do momento tenso.” Túlio Bahia Alves/IGAM:
418 “Eu queria fazer alguns apontamentos à Câmara Técnica no sentido de
419 observações que já tinha feito com o Thiago, com a Lourdes, com o Robson, o
420 Allan, o Rodrigo e outras pessoas que trabalharam no relatório. Eu acho que o
421 primeiro apontamento é que estamos lidando com região de gestão e unidades
422 estratégicas de gestão. Como o Plano Estadual chega a essa proposição em
423 2010, quando ele foi aprovado? Primeiro, o Plano Estadual trabalha com
424 variáveis supervenientes, que foram os estudos do PMDI 2007/2023 e o

425 Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. Eles chamam isso de variáveis
426 supervenientes para fins dessa regionalização. E existem as variáveis
427 intervenientes que foram as políticas setoriais que foram abordadas, tanto na
428 área de energia, indústria. O colega aqui perguntou sobre a silvicultura, o
429 extrativismo. Também foi abordado. Então as ARGs têm essa questão do vetor
430 de desenvolvimento, o principal fator de pressão. Já as UEGs, que são essa
431 divisão mais micro, têm uma regionalização baseada, principalmente, em
432 critérios uniformes de outorga e enquadramento. As UPGRHs têm esse caráter
433 regional de critérios uniformes, tanto da outorga enquanto instrumento de
434 quantidade, quanto do enquadramento enquanto instrumento de qualidade.
435 Esse é o primeiro apontamento que eu faço, porque o Plano Estadual se
436 baseou no PMDI e no Zoneamento Ecológico-Econômico. Se formos observar
437 hoje, em termos de regiões administrativas no Estado, salvo engano, nós temos
438 17 regiões administrativas. Se formos olhar em termos de zoneamento
439 ambiental, nós trabalhamos com nove URCs no Estado. Então a gestão de
440 recursos hídricos, a sua interface, nós podemos pensar que está entre 17 e
441 nove. São nove URCs e 17 regiões de planejamento, por exemplo. Isso é uma
442 questão que eu queria colocar. Outra questão é se formos lá atrás buscar o
443 estudo que embasou a divisão das UPGRHs, na primeira divisão, lá em 99, não
444 localizamos esse estudo. Talvez tenha algum exemplar na biblioteca da
445 SEMAD, na Espírito Santo, mas que eu acho que não está localizado. Tentem
446 procurar esse primeiro estudo, que embasou depois, futuramente, as 36
447 UPGRHs. A gente não encontra. O que eu estou dizendo é porque o Plano
448 Estadual, de fato, se formos olhar a questão do potencial de expansão da cana-
449 de-açúcar, talvez seja um vetor que não seja tão atual. O desenvolvimento
450 econômico, veio depois a crise, e vários fatores. Mas o atual subsídio que temos
451 é o Plano Estadual. Eu falei da questão da modelagem, dos uniformes critérios
452 e acho que é importante, Thiago, você levantou a questão das comissões.
453 Principalmente, o Ceará trabalha com comissão de alocação negociada da
454 água, discussão das curvas chave de atendimento aos usuários locais. E eu
455 acho que isso é um avanço que podemos e devemos fazer no Estado. Não é
456 nem essa proposta, mas isso não elimina o papel do Comitê, porque eu acho
457 que Minas Gerais tem uma questão federativa que podemos até pegar o
458 exemplo da Espanha e o exemplo da França. Por exemplo, a França é um
459 Estado unitário, não tem a divisão regional dos Estados conforme nós temos.
460 São a União e o município. E nós temos no Brasil União, Estado e município. E
461 dentro de Minas Gerais nós temos 853 municípios. Eu estou colocando essa
462 questão por quê? Se o município, somente em Minas Gerais, é o principal ente
463 interessado, podemos ver que avançamos muito pouco em termos de estímulo
464 – isso a lei fala – em consórcios intermunicipais de Bacia Hidrográfica. As
465 nossas Agências de Bacia hoje são associações de usuários. A AGB Peixe
466 Vivo, a Abha, a natureza delas é de uma associação de usuários. Enquanto a
467 legislação federal fala em quatro possibilidades de entidades que podem

468 assumir a função de Agência de Bacia, a lei mineira só fala em duas
469 possibilidades, que seriam as associações de usuários e os consórcios
470 intermunicipais ou associações de municípios, que seriam praticamente a
471 mesma coisa. E não temos esse consorciamento para fins de gestão de Bacia
472 Hidrográfica. Isso é uma observação que eu estou fazendo, que é uma lacuna
473 que nós temos na nossa gestão, porque os municípios não estão se fazendo
474 presentes nessa gestão. E aí nós temos que pensar até que ponto também
475 temos que estimular esse consorciamento. E por fim eu também queria resgatar
476 quando falamos assim: 'O Planos são objeto de gaveta.' Eu acho que temos
477 que tomar cuidado. Eu vou pegar o exemplo federal, a Agência Nacional de
478 Águas. Se formos ver a gestão de Bacia Hidrográfica no âmbito do domínio da
479 União, a ANA trabalha com uma linha de produção, desde a mobilização para a
480 formação do Comitê de Bacia e já tem escalonada a discussão posterior.
481 Instalou o Comitê, vai se discutir, posteriormente, o Plano da Bacia, depois vai
482 se discutir a cobrança, depois vai se discutir a Agência de Bacia, o contrato de
483 gestão. Tem um encadeamento. Ontem a Luciana, da Copasa, na reunião do
484 GT de Áreas de Restrição de Uso, usou um terreno, 'brainstorming', que na
485 tradução para o 'mineirês' seria 'toró de ideias'. A gestão de recursos hídricos
486 no Estado, o IGAM vai sendo movido conforme a demanda, conforme a
487 pressão. Isso é um fato. O planejamento que tivemos em termos de recursos
488 hídricos, eu digo planejamento macro, nos governos do Aécio, de 2003 a 2007 e
489 de 2007 a 2010, ele teve o projeto estruturador, levou para o âmbito macro a
490 instituição dos Comitês de Bacia. E aí, ao invés de ser uma pressão vinda da
491 base da sociedade pela instalação desses órgãos, embora seja um órgão de
492 Estado, é um órgão híbrido, a sociedade pressionando para que o Estado
493 implemente esse organismo, o organismo de Bacia, o Comitê, nós tivemos o
494 Estado propondo a instalação desses Comitês. E foi muito mais uma indução do
495 que uma pressão. Hoje existe uma dúvida existencial dos Comitês. Igual eu falei
496 para os senhores, não temos acesso ao estudo que embasou a divisão regional
497 das 36 Bacias, originalmente feito em 99. Nós temos Comitês que foram
498 induzidos pelo Estado. É louvável, em certo sentido, porque você abre um canal
499 de participação. Mas, por outro lado, não tem a sociedade pressionando. É o
500 movimento inverso. E até chegar ao governo do governador Antonio Augusto
501 Anastasia, 2010/2014, em que houve um planejamento para se dotar 18 Bacias
502 com Plano Diretor de Bacia. Então isso foi pactuado por dirigentes, na época.
503 Você vai ter um Plano de Bacia. Isso é ruim? Eu não estou falando que isso é
504 ruim, você está dotando a Bacia de um instrumento, e às vezes ela nunca teve
505 um diagnóstico dos recursos hídricos daquela região. Mas se já carecíamos de
506 uma mobilização no sentimento de pertencimento à Bacia, de uma identidade
507 regional, ela foi muito mais induzida do que buscada, porque a gente chega a
508 um Plano de Bacia que, de fato, é um relatório, um calhamaço, às vezes, nove
509 volumes, que ninguém vai se debruçar em cima daqueles nove volumes. Vai
510 fazer um Ctrl F, no máximo, ali. Eu estou fazendo uma memória institucional,

511 porque Minas Gerais carece, sim. Repensar em que estrutura nós estamos, por
512 que estamos nessa estrutura hoje e o que estamos querendo, eu acho que, a
513 partir disso, já é extremamente válido. Na minha fala eu quis pontuar várias
514 questões, desde o porquê dessa modelagem. Eu acho que avanços estão
515 sendo propostos. Enfim, eu acho que chegou a hora de pensarmos, de fato, e
516 problematizar, principalmente nesta Câmara, que é o objeto dela problematizar
517 a regionalização.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Só completar. A
518 gente vai expandindo o raciocínio. Só tentar explicar melhor por que eu enxergo
519 as coisas de forma separada. Porque dentro do que está sendo proposto aqui,
520 por exemplo, os critérios de outorga, de pressão por saneamento etc., faz todo
521 sentido para mim ali. Por isso que eu quero separar bem a discussão de quando
522 é que nós vamos discutir Comitê e outras coisas e quando é que nós vamos
523 discutir o arranjo do Estado. Porque eu não gostaria, no rio Pará, de uma área
524 de expansão agrícola. Nós estamos muito mais parecidos realmente com a
525 turma de cá do que com a turma de lá. Mas quando você vai discutir o Comitê, o
526 funcionamento dele, aí muda a forma. Se tiver, por exemplo, que reduzir
527 Comitês, o que eu quero dizer é isso, o final da história para mim é isso. Eu
528 também não gosto da ideia. Mas se tivesse que chegar a esse ponto não é para
529 cá, é para lá. Entendeu por que o momento do arranjo institucional é diferente?
530 Na minha cabeça, está bem diferente. No momento, para minha atuação
531 particular do Comitê do Rio Pará, faz todo o sentido.” Presidente Guilherme da
532 Silva Oliveira: “Só complementando o que você falou, Hermano, às vezes você
533 fala ‘o Pará está lá, o outro está aqui’, mas às vezes é bom também você fazer
534 um bem bolado. Você está aqui, mas mistura um pouco com esse aqui, junta
535 mais e atende todo mundo. Porque é a Bacia. O Paracatu foi incorporado ali no
536 Paranaíba Grande, e ele está no São Francisco. É outra perspectiva. É de
537 homogeneidade. Depois a gente tem que encaixar isso com a Bacia e tentar
538 encaixar isso da melhor forma. Esse é o nosso trabalho. Então eu vou
539 encaminhar aqui uma proposta. O Sylvio falou que tem uma proposta, o Deivid
540 falou que tem uma proposta, você está empolgado aqui e deve estar bolando
541 uma na cabeça agora. Eu sugiro encaminhar a proposta para a CTPLAN, e, na
542 próxima reunião, fazermos uma análise dessas propostas. Eu também tenho
543 uma proposta. Então eu sugiro, para a próxima reunião, um prazo para essas
544 propostas.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu não sei se é precoce nós
545 encaminharmos proposta agora. De repente não tem necessidade de mandar
546 várias propostas se conseguirmos construir uma proposta na Câmara. É um
547 caminho alternativo, uma possibilidade. Eu acho que, inclusive, para construção
548 de proposta, algumas coisas precisam ficar claras. Eu vi algumas coisas que eu
549 acho que precisamos deixar claro antes para todo mundo, inclusive, para nós
550 mesmos. Porque nós vamos sofrer esse tipo de questionamento. E eu digo
551 ‘sofrer’ porque é uma coisa em que vão tentar apertar. Eu não sei se entendi ou
552 não, José Hermano, mas não há possibilidade de se propor a diminuição de
553 Comitês, não é disso que se trata. Eu entendo dessa maneira. É uma questão

554 de agrupamento de Comitês para gestão. É diferente de extinção, muito pelo
555 contrário. Você pode criar mais Comitês. Eu até anotei aqui. Nós precisamos
556 resolver um problema que está na legislação, mas que o Velhas já faz, que é o
557 subcomitê. Não pode ter essa figura do subcomitê e você acabar criando as
558 câmaras técnicas dos subcomitês. Para não chamar de subcomitê, você fala
559 que é uma câmara técnica do rio afluyente, que é, na verdade, o Comitê. Porque
560 você pode constituir um Comitê no córrego que passa ao lado da sua casa. Isso
561 é uma coisa, é você delimitar uma unidade fisiográfica, juntar os agentes que
562 atuam nessa unidade fisiográfica e fazer um sistema de partilhamento de
563 tomada de decisão de uso dos recursos hídricos. Isso é Comitê, isso não vai
564 mudar, não pode mudar. Enquanto estiver na lei, é assim. Se mudar a lei, nós
565 podemos discutir. Mas, enquanto estiver na lei, é assim. O fato é que, se você
566 vai chamar isso de Comitê, de associação de usuários, isso não é o importante,
567 eu acho que não é isso que nós estamos discutindo aqui. O que nós estamos
568 discutindo é esse número de 36 unidades se tornar um problema administrativo
569 para o Estado. E eu entendo isso, eu concordo com isso, não vejo problema
570 nenhum. Eu tenho até uma outra visão, eu não acho que o IGAM tenha que
571 estar presente em toda reunião dos Comitês. O IGAM tem que funcionar como
572 um órgão fiscalizador, aquilo que está determinado na lei para como sua
573 função, inclusive. O IGAM tem que ser chamado, porque o Estado já tem
574 representação. São caminhos diferentes, mas eu acho que vamos ter que
575 discutir isso em algum momento também. Eu não vejo por que ter uma reunião
576 do Comitê do Ribeirão Santa Juliana, e o IGAM ter que estar lá na reunião. Não
577 tem porquê. Ele só tem que ser chamado se algum problema, se alguma coisa
578 não for possível de ser resolvida no seu âmbito. Por isso que nós precisamos
579 repensar, de uma maneira hierárquica, de administração hierarquicamente
580 estabelecida, para que você só tenha que recorrer ao IGAM quando chegar, por
581 exemplo, a uma questão envolvendo a Unidade de Planejamento e Gestão. Aí,
582 sim, eu vejo a presença do IGAM: na Unidade de Planejamento. O que não está
583 muito claro para mim, talvez antes de apresentar uma proposta, é qual o
584 objetivo. Porque o objetivo que está colocado aqui, das Unidades de
585 Planejamento, é orientar planejamento, estruturação e formação de Comitês,
586 subsidiar a elaboração de Plano Estadual, de Plano Diretor da Bacia, programa
587 de desenvolvimento; subsidiar a implantação dos demais instrumentos da
588 Política Estadual e a gestão descentralizada desse recurso. É para isso que as
589 Unidades de Planejamento estão previstas na lei, não é para mais nada. Pelo
590 menos é o que está escrito na lei. E o direito público é assim, nós fazemos o
591 que está na lei. Eu estou tentando entender, exatamente. Além da necessidade
592 de enxugar. Aquele último slide, para mim, é ótimo, é o objetivo que nós temos
593 mesmo. Para mim, eu pararia para discutir aquilo. Nós queremos mais eficiência
594 do sistema, queremos um sistema mais rápido, de respostas mais rápidas. Daí
595 a desconstruir o sistema? Não é isso, eu não vejo assim a proposta. Muito pelo
596 contrário. Eu acredito que, para o sistema se tornar realmente eficiente, nós

597 vamos ter que ir à base, nós vamos ter que ir à Bacia afluyente, é lá que tem que
598 começar a gerar o Plano. O Plano tem que ser gerado lá, não em cima. E a
599 função do IGAM é verificar. Não tem problema nenhum, por exemplo, se tem
600 200 instâncias, podem ter mil instâncias. Se elas funcionarem, não tem
601 problema nenhum. Se eu tiver dez instâncias, e não funcionarem, eu tenho um
602 grande problema. O problema não é o número de instâncias, é porque não está
603 sendo funcional. E não é funcional por um monte de motivos. Eu acho que nós
604 temos que pensar esses motivos. E tem cobrança diferente, tem
605 enquadramento, tem uma série de questões que precisam ser questionadas.
606 Neste momento, eu vejo isso aqui como um avanço, mas eu preciso entender
607 até aonde isso vai entrar e o quanto isso vai mexer no funcionamento do
608 sistema. Disso eu ainda não tenho segurança. A última coisa que eu anotei
609 aqui: eu entendo a Bacia Hidrográfica como unidade, ela é a unidade de gestão
610 de recursos hídricos. E olha que sabemos que bacia hidrográfica e bacia
611 hidrogeológica são coisas diferentes, isso já dá um problema para fazer a
612 administração. Mas a unidade que está eleita é a unidade fisiográfica, e eu
613 tenho que partir dela para qualquer tipo de arranjo. Tanto é que, das alternativas
614 que têm aqui, você incluir na mesma unidade de gestão os PNs, mais o GD8,
615 por exemplo, se você olhar do ponto de vista regional, tem tudo a ver. A
616 estrutura econômica é parecida. Se você pensar do ponto de vista de
617 administração de água, já não funciona tanto assim. E se eu administrar o GD8,
618 que é o Baixo Grande, desalinhado do que acontece no Alto e no Médio, eu já
619 furei o sistema de gerenciamento. Então eu continuo acreditando na unidade
620 fisiográfica como base. E eu não gosto desse sistema de rio federal, porque
621 isso cria esse problema administrativo. O rio federal é na calha, e ninguém
622 administra a calha, a água não é administrada na calha. Só que você cria esse
623 problema. O São Francisco, para mim, é um exemplo claro disso.” Presidente
624 Guilherme da Silva Oliveira: “Eu entendo que estamos começando a discussão
625 de avaliar essas unidades. Mais para frente nós vamos definir se tem que juntar
626 Comitê, se não tem, se vai ser grande ou se não vai. Nós temos que caminhar.
627 A princípio, nós temos que determinar essas unidades de gestão estratégica.
628 Não faz sentido juntar Comitês que sejam de Bacias diferentes. Eu acho que é
629 ponto pacífico de todo mundo. Se forem juntar, vão se juntar Comitês que são
630 da mesma Bacia.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Aqui tem muita opinião
631 pessoal, pelo que estou vendo. Desculpa, mas é importante colocar isso,
632 porque nada que está sendo falado está em detrimento do que está na lei.
633 Porque a lei não está conflitando com essa proposta. Se não o Conselho não
634 teria nem aprovado. É só uma discussão. E neste momento, como já foi
635 colocado, não se discute Comitê de Bacia, e eu creio que vocês têm que ler a
636 minuta que foi encaminhada como material para a reunião. Não fala ‘Comitê’, a
637 proposta da minuta de deliberação é para revogar a Deliberação Normativa nº 6.
638 Esse é o ponto da discussão. E só uma situação, aí eu queria propor. Eu ia
639 pedir – como tem uma reunião em junho – que vocês encaminhassem as

640 propostas para a CTPLAN. Nós faríamos uma análise da capacidade
641 arrecadatória de cada uma dessas propostas de regiões e apresentariamos
642 também aqui. Porque é um trabalho que a gente consegue fazer internamente
643 para subsidiar a discussão na próxima reunião.” Presidente Guilherme da Silva
644 Oliveira: “Eu sugiro colocar um tempo. Chega à reunião, se você quiser fazer
645 uma apresentação da proposta, fazer um bate-bola. Igual você falou, o Deivid, e
646 eu também tenho interesse, o Hermano também. E quem mais tiver. A gente
647 troca e-mails e vai fazendo as propostas. Dez dias? Todo mundo de acordo?
648 Até o dia 31 está bom para encaminhar?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
649 “Eu tenho uma informação, e o Deivid também estava presente na reunião. A
650 ANA apresentou alguns números que eu não sei exatamente de onde vieram.
651 Mas ela apresentou, e eu estou assumindo aqueles números. Eu pedi o envio
652 daqueles dados, mas não recebi até agora. Tem um estudo da ANA. O Márcio
653 me mostrou o estudo da ANA sobre a relação entre entrada e investimento. Eles
654 fizeram uma fórmula de captação, gasto, investimento, e saiu de quatro
655 agências. Eu acho que os números estavam diferentes, por isso que eu queria
656 receber os números para ver se eram aqueles. Eu acho que ele usou outros
657 parâmetros lá, por isso que eu queria saber para ter um parâmetro de
658 comparação. E ele citou um número que era de R\$ 175 mil de manutenção
659 administrativa de cada Comitê. Usando o Paranaíba como exemplo. Para cada
660 Comitê que fosse agregado à estrutura administrativa da Agência, de imediato,
661 R\$ 170 mil a R\$ 175 mil de custo de manutenção. É isso mesmo? Se eu estiver
662 falando errado, me corrijam, por gentileza. Eu usei esse parâmetro. Não sei se
663 tem validade ou não, mas usei esse parâmetro para saber qual é o custo
664 mínimo de funcionamento de uma Agência. Porque os 7,5%, se esse número,
665 por enquanto, não podemos alterar, nós vamos ter que trabalhar com 7,5%. Até
666 já têm algumas conversas para levar isso para 10%, para 8%, mas por
667 enquanto é 7,5%. Então a possibilidade que tem é aumentar a arrecadação
668 para que dos 7,5% surja o valor necessário para a manutenção da Agência.
669 Então precisa ter confiança, por exemplo, de qual é o valor necessário para o
670 funcionamento da Agência, qual é o valor mínimo necessário. Porque isso
671 inviabiliza, por exemplo, quando vamos fazer os agrupamentos, eu fiz algumas
672 simulações utilizando esses valores de arrecadação, o quanto isso torna os
673 7,5% e quanto isso custa usando R\$ 170 mil como base. Que eu não sei se é o
674 valor que pode ser utilizado. E têm agrupamentos em que sobra dinheiro e
675 agrupamentos em que não tem. Quando eu tiro os 7,5% e coloco o custo
676 mínimo operacional – eu usei essa terminologia –, os 7,5% não alcançam o
677 custo mínimo operacional. Daí eu tenho duas soluções: aumento a arrecadação
678 para aumentar os 7,5% ou agrupo para poder, no volume, pagar o custo. Por
679 exemplo, a arrecadação do PCJ que tem aqui, o acesso, do PCJ mineiro
680 apenas, é de R\$ 150 mil. É o valor que está aqui. Se ele custa R\$ 170 mil de
681 manutenção... Mas eu consigo no agrupamento do GD, do Grande, cobrir isso,
682 porque eu tenho outros que arrecadam mais. Mas eu vou ter que entender

683 também que não posso disponibilizar uma unidade administrativa da Agência
684 exclusiva para o PCJ. Vai ter que operar e ter um enxugamento da máquina
685 administrativa, que é outro vetor que tem que ser colocado aqui. Eu fiz
686 utilizando uma unidade administrativa para cada Bacia. Não precisa ser assim,
687 é só um indicativo para a gente ver que têm vários vetores que podem ser
688 modificados para se chegar a uma equação em que a capacidade de suporte
689 financeiro seja dada ou pela Bacia ou pelo conjunto de Bacias. Porque isso está
690 previsto em lei, inclusive. Você pode criar Comitês de agrupamentos de Bacias,
691 o que eu acho que é muito perto daquilo que vamos precisar fazer. Eu utilizei
692 esses parâmetros, então, para construir essa proposta.” Odorico Pereira de
693 Araújo/Fiemg: “O Sylvio tem razão, sim. Existem alguns dados apresentados
694 que estão divergentes, sim. Eu fiz esse levantamento. Principalmente na Bacia
695 do Doce tem algumas divergências de valores que realmente dá uma diferença.
696 Esse ponto que você colocou também com relação à questão da arrecadação é
697 um dos pontos que nós temos discutido. Você tem que aumentar essa base de
698 arrecadação. Mesmo com essa proposta sua, você vai ter que fazer esse
699 trabalho. Então mesmo que você faça essa divisão que está sendo proposta
700 aqui você tem que aumentar a base de arrecadação para dar sustentabilidade
701 às Agências. Para você ter noção, hoje a Agência Peixe Vivo, a base de
702 sustentação dela hoje tem em torno de R\$ 3.000.600/ano. Eu estava fazendo a
703 relação da Abha, e está em torno de R\$ 2.400.000. A Abha tem sustentação
704 hoje? Não, ela não tem sustentação, então ela precisa hoje de dote para poder
705 se manter. Então são coisas que temos que começar a pensar, essa
706 autodependência, até que ponto a autodependência é interessante.”
707 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Existe uma questão que eu acho que é
708 fundamental, que é a capacidade de automanutenção. E eu acho que é um dos
709 pontos mais bem pensados mesmo da lei. Você precisa de duas coisas para
710 criar Agência: vontade e capacidade de manutenção financeira. Por quê?
711 Porque não é para ninguém ter que financiar, não é para entrar dinheiro de fora
712 do sistema. A ideia é exatamente descentralizar, é criar a ideia de autogestão.
713 Eu acho que nós podemos fazer e devemos fazer é exatamente impulsionar
714 algumas modificações necessárias para tornar uma ideia que tem mais de 20
715 anos, mas que tem alguns buracos de efetividade. Porque esse descolamento
716 Agência e Comitê, que no caso francês não existe... Quando o Comitê foi
717 criado, foi criada a Agência ao mesmo tempo, a política de cobrança. Não foi
718 ‘depois a gente conversa’. Então têm algumas coisas que vamos ter que
719 repensar, sim. Eu já falei isso e vou falar novamente. Existe uma ideia de que o
720 Comitê pode abrir mão da cobrança. Quem define o valor é o Comitê. O Comitê
721 pode falar ‘nós não vamos cobrar nada’. A última discussão lá no Paranaíba foi
722 um negócio assim. ‘Olha, a gente quer funcionar, o Comitê existe, mas nós não
723 vamos cobrar’. Quem é que paga a conta? Porque tem uma conta. Então eu
724 não consigo mais ter essa noção de que ‘olha, nós não vamos cobrar’. Vocês
725 não vão cobrar? Então vocês não existem, porque o sistema não pode financiar

726 vocês. ‘Olha, o nosso Comitê é em uma Bacia pobre, de baixa capacidade
727 arrecadatória, nós não temos capacidade.’ Então vamos agrupar, vamos
728 procurar outras formas de financiar. Mas não tem como, senão, encosta no
729 Estado de novo. E aí nós conhecemos tudo que está em volta disso. Então eu
730 vejo mesmo uma grande oportunidade de usarmos isso como indutor para todas
731 essas falhas. Só precisa ficar claro, exatamente, qual vai ser o papel de cada
732 um. E têm algumas coisas na proposta, na minuta, mas não são para discutir
733 agora.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Só dar um exemplo dessa questão
734 da viabilidade, da sustentação. Na reunião do Fórum, na semana passada, eu
735 fortaleço muito a discussão de enquadramento, que é mais precário hoje. Aí
736 tinha uma representante do Jequitinhonha, e ela comentou: ‘Thiago, o meu
737 Comitê não tem capacidade financeira, via cobrança, de contratar um estudo de
738 enquadramento’. Eu falei ‘é disso que você precisa’. ‘Entre outras coisas, mas
739 você tem que começar a ter uma viabilidade financeira sustentável para o
740 sistema, senão vai ficar sempre à mercê do Estado. Como nós estamos com
741 contingenciamento, represamento de recurso e também a pressão política de
742 Estado, tem que ter autonomia. Órgão de Estado, mas com autonomia’.”
743 Conselheiro João Batista Alves de Sousa: “Uma dúvida que eu tenho, posso ter
744 entendido equivocado nas falas anteriores, é que no documento da minuta não
745 se tinha proposição da junção dos Comitês como unidade. Eu li em uma parte
746 do documento, e pode ser que eu tenha entendido errado, mas está falando
747 Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitinhonha e Pardo como unidade. E aí entra a
748 Unidade Estratégica de Gestão dos Afluentes do Rio Jequitinhonha e Pardo,
749 JQ1, JQ2, JQ3 e PA. Isso para mim é sugestão de uma unidade. Eu posso ter
750 entendido equivocado, mas, de qualquer forma, sendo sugestão ou não, a
751 minha ocupação é exatamente com isso, como se levaram em consideração
752 alguns outros critérios que foram falados aqui. Eu acho que não é só a região
753 homogênea, se você olhar direitinho, o Jequitinhonha, o Alto, o Baixo e o Médio
754 não são tão homogêneos assim. Se você pega e junta com o rio Pardo, aí que
755 eu considero que não é tanto homogêneo como se pensa. E aí temos que ter
756 um cuidado exatamente nessa junção, para considerar aspectos sociais,
757 culturais. Porque se hoje já está com dificuldade, às vezes, de participação
758 nesses Comitês, se juntar, vai ter uma participação maior, uma
759 representatividade maior uma autonomia maior? Então eu acho que têm que ter
760 critérios olhados além das questões físicas. E a outra dúvida que eu tenho é
761 exatamente em relação àquela questão do adensamento controlado. Você
762 falou, Thiago, você poderia esclarecer um pouco para mim?” Thiago Figueiredo
763 Santana/IGAM: “Eu vou encaminhar o Plano para todo mundo ler, o Plano
764 Estadual, e todo mundo vai ter oportunidade de conhecer todos os critérios.
765 Porque fica muito confortável ficar em uma opinião nossa, e não querer
766 direcionar a discussão explicitamente. Nós vamos encaminhar o Plano para
767 todos. A norma não fala ‘Comitê’, ela fala ‘Unidade Estratégica de Gestão’. E
768 não está, como eu disse duas ou três vezes, em nenhum lugar escrito que tem

769 que ter um, dois ou três Comitês em qualquer lugar do Estado, nem lei nem
770 decreto nem deliberação do Conselho. Essa norma, que seja promulgada da
771 forma que está, não revoga a existência dos Comitês de Bacia. Isso é uma
772 discussão que, como foi colocado, é o quinto item da discussão, que é o
773 rearranjo institucional, a criação de previsão legal de comissões locais. Porque
774 hoje não existe uma previsão para isso. Por exemplo, tem a Bacia do Rio
775 Paracatu, eu tenho a área do Entre Ribeiros, e quem discute o problema de
776 conflito está em Paracatu, mas não está lá no local. Esse é um rearranjo
777 institucional que vai ser melhorado, mas no quinto item de discussão. Hoje é a
778 discussão de território para implantação e aplicação dos instrumentos de
779 gestão. Não tem Comitê na norma. É só isso. Eu vou encaminhar o Plano para
780 vocês lerem todos os critérios que foram colocados para definição de cada
781 nomenclatura.” Conselheiro João Batista Alves de Sousa: “Só em termos
782 conceituais. Porque essa questão do conceito de adensamento, que eu preciso
783 entender um pouco mais – a dúvida é minha –, está ligada a essa questão dos
784 instrumentos, da aplicação dos instrumentos. Não é?” Thiago Figueiredo
785 Santana/IGAM: “Isso aqui são razões que foram critérios econômicos, sociais,
786 ambientais e de recursos hídricos que chegaram a uma nomenclatura de que
787 ‘adensamento controlado agrega as UPGRHs com baixo potencial social’. ‘Alto
788 déficit hídrico - Caracteriza-se como área desfavorável ao incentivo de novas
789 demandas e de controle sobre a expansão de cana’. No caso, não só cana,
790 sobre questões que você próprio colocou de monocultura e outras tipologias de
791 cultivo. ‘Busca-se incentivar a concentração de demandas’, ou seja, nuclearizar,
792 da mesma forma que se discutem algumas questões na própria região
793 metropolitana hoje, ‘através de critérios mais rigorosos de enquadramento e
794 menos restritivos de outorga’. A outorga no conceito que eu coloquei de que a
795 Q7,10 não se aplica.” Conselheiro João Batista Alves de Sousa: “A dúvida era
796 exatamente nesse último ponto: ‘menos restritivos de outorga’. Aí podemos
797 correr para o lado também. Pelo fato de se ter alto déficit, toda essa
798 problemática do Semiárido. Mas por outro lado você vê chegando, como eu
799 falei, a expansão de algumas atividades que talvez não tenham sido
800 consideradas, grandes e médios, o agronegócio chegando. Então como fica
801 isso? A minha dúvida é essa. Porque podemos olhar para lá, ‘está controlado,
802 está tudo tranquilo neste momento’, mas sem fazer uma perspectiva da
803 ocupação. E aí você pode ter vários problemas. Hoje a agricultura familiar está
804 diminuindo cada vez mais, pelo êxodo rural e tudo mais. Mas por outro lado
805 você está aumentando o potencial do agronegócio em suas várias faces. E
806 quando você tem a perspectiva de menos restrição de outorga, isso pode ser
807 um risco.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Para o agronegócio, é o que ele
808 quer, é ser mais flexível, aumentar o risco. Por isso que você tem que fomentar
809 nesse aspecto. A questão da nuclearização não é que é um cenário hoje, é um
810 cenário futuro, que você tem que fomentar a nuclearização no Semiárido, até
811 por questões da absorção do êxodo rural. Porque hoje a agricultura familiar não

812 está sobrevivendo mais no campo. E aí gera um problema social. A
813 nuclearização vem para resolver esse tipo de problema.” Presidente Guilherme
814 da Silva Oliveira: “Mais alguém. Sem mais inscritos, então fica a proposta de
815 encaminhamento das propostas, até o dia 31, para a CTPLAN.” **6) ASSUNTOS**
816 **GERAIS**. Não houve manifestações. **7) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros
817 assuntos a serem tratados, o presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou
818 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

819
820 **APROVAÇÃO DA ATA**

821
822
823 **Guilherme da Silva Oliveira**
824 **Presidente da Câmara Técnica de Planos**